

Violência no campo e políticas neocoloniais no Brasil

por **Maria Luisa Mendonça** | Graduate Center, City University of New York | marialuisam222@gmail.com

O atual momento do capitalismo se caracteriza pela desregulamentação financeira, que estimula a especulação com terras e commodities, fortalece o poder de empresas multinacionais e acentua o papel do Brasil como produtor de matérias primas agrícolas e minerais. Este modelo neocolonial tem gerado consequências catastróficas para a economia, para o meio ambiente e para comunidades rurais que estão no centro de disputas geopolíticas por terra e recursos naturais. O resultado mais recente foi o dramático aumento das queimadas na Amazônia, que gerou comoção internacional.

Diante desta conjuntura, seria necessário estimular a proteção de recursos naturais estratégicos e de comunidades rurais, que garantem a preservação do território e da biodiversidade. Porém, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que a violência no campo atingiu 960 630 pessoas em 2018 — um aumento de 35,6% em relação a 2017, quando este número foi de 708 520 pessoas. As principais regiões atingidas pelo avanço do agronegócio são o Cerrado e a Amazônia. A CPT avalia que os conflitos no campo aumentaram a partir de 2016, quando houve a ruptura democrática. Em 2018 a CPT registrou 28 casos de assassinatos no campo em 1489 conflitos e em 2017 o número de assassinatos chegou a 71, em 1431 conflitos. Nos quatro primeiros meses de 2019, a CPT registrou 10 casos de assassinatos em comunidades rurais.

Em 2018, 482 mulheres rurais sofreram violência em consequência da repressão promovida por pistoleiros, empresas privadas, pela polícia e pela ação de especuladores e grileiros de terras. Em 2018 a CPT também documentou 276 conflitos pelo acesso à água, envolvendo 73 693 famílias, principalmente na região Nordeste, principalmente

pela atuação de empresas de mineração e do agronegócio. O enfraquecimento do combate ao trabalho escravo também foi documentado, com 66 casos em 2017 envolvendo 530 trabalhadores e 86 casos em 2018 com 1465 trabalhadores. Em relação aos povos indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou 110 casos de assassinatos, 27 tentativas de assassinato, 14 ameaças de morte, 12 lesões corporais dolosas e 16 casos de violência sexual, em seu mais recente relatório com dados de 2017.

A eleição de Jair Bolsonaro representou um risco ainda maior para comunidades rurais. Mesmo antes de tomar posse, as declarações de Bolsonaro soavam como ameaça ao direito à terra de povos indígenas, camponeses e quilombolas. Declarar que povos indígenas não deveriam ter nem “um centímetro de terra” ou que “índios em reservas são como animais em zoológicos” (Brum 2018) faz parte de uma agenda neocolonial de entrega de terras e bens naturais para empresas do agronegócio e de mineração.

A visão neocolonial, que atende aos interesses combinados da oligarquia latifundista no Brasil, do agronegócio nacional e internacional, de empresas mineradoras e do capital financeiro, se baseia em dois “mitos”: aquele que apresenta a terra no Brasil como abundante e “vazia” e à imagem de comunidades camponesas como campos abertos para a “modernização”. A expansão do agronegócio gera destruição ambiental, expulsão de comunidades rurais de suas terras e substituição da produção de alimentos por monocultivos de commodities agrícolas. Os efeitos destas políticas não são somente locais ou isolados, pois o sistema agrícola baseado na produção de monocultivos extensivos, dependentes de insumos químicos e

de grande quantidade de água, se constitui em um dos principais fatores que causam mudanças climáticas.

Estas são informações básicas, conhecidas pela opinião pública e comprovadas por estudos científicos no Brasil e no exterior. Porém, a ideologia expressa por membros do regime que governa o Brasil representa um perigo, não somente ambiental, social e econômico, mas também por difundir um discurso fundamentalista com o objetivo de reprimir comunidades rurais e pesquisas científicas. Por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores declarou que “mudança climática é trama marxista” (Watts 2018); a futura ministra da agricultura é conhecida como “musa do veneno” por sua ligação com empresas de agrotóxicos em um contexto que já descumpra limites ambientais com sérios impactos na saúde pública e no meio ambiente. De janeiro a maio de 2019, o governo Bolsonaro aprovou o uso 197 novos agrotóxicos, muitos proibidos em outros países (Carrijo 2019).

Os planos de Bolsonaro incluem ainda a criação de uma secretaria especial para tratar de questões fundiárias sob comando de Luiz Antonio Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), instituição que representa a oligarquia latifundista. Movimentos sociais rurais alertam que “Nabhan Garcia já teve que dar esclarecimentos à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra por porte ilegal de armas, contrabando e organização de milícias privadas na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e apoia o desmatamento da Amazônia” (Tatemoto 2018).

Declarações de Bolsonaro contra a oposição ameaçam “eliminar adversários”, com claro ataque a movimentos sociais: “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”. Em alusão ao período da ditadura militar, afirmou que, “a faxina agora será muito mais ampla (...) Ou vão para fora, ou vão pra cadeia” (Aragaki 2018). Outro sinal da agenda reacionária, perigosa e unilateral de Bolsonaro foi a desistência de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas (COP25) marcada para 2019. Esta decisão causou constrangimento internacional, já que anteriormente o Brasil havia investido esforços

diplomáticos para realizar o evento. Atualmente o ritmo de destruição da Amazônia se acelera e representa enorme risco com consequências irreparáveis.

A expansão da fronteira agrícola pelo agronegócio já chega a um ponto de não retorno para a destruição do Cerrado e da Amazônia. Como estes biomas estão interligados, sua devastação causa mudanças no regime de chuvas, com crises extremas de seca e inundações, tanto no Norte e Nordeste quanto no Sul e Sudeste do país. A destruição do Cerrado afeta as nascentes de grandes rios e fontes de água subterrânea. O desmatamento na Amazônia pode acelerar catástrofes climáticas no Brasil e em outros países, afetando também o nível de produtividade da agricultura.

Especulação com terras no Cerrado

A região de Cerrado do Nordeste brasileiro chamada de MATOPIBA (por incluir os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) tem sido alvo de especulação imobiliária agrícola e da expansão do agronegócio, que conta com incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo Estado para financiar a produção de soja, milho, eucalipto, algodão e cana-de-açúcar. A escalada do preço da terra no MATOPIBA transformou a região em zona de interesse para a especulação fundiária.

Uma das principais fontes de capital para a especulação com terras agrícolas no Brasil é a empresa TIAA-CREF, que administra fundos de pensão nos Estados Unidos e atua nos mercados internacionais de terras. TIAA recebe também capital de outras fontes para especular com terras, como dos fundos de pensão sueco AP2, do canadense Caisse de Dépôts et Placement du Quebec, do canadense British Columbia Investment Management Corporation (bcIMC), do holandês Stichting Pensionenfonds AEP, do alemão Ärzteversorgung WestfalenLippe, do inglês Cummins UK Pension Plan Trustee Ltd., do Environment Agency Pension Fund, do Greater Manchester Pension Fund e do New Mexico State Investment Council.¹ A possibilidade da compra de terras a preço baixo ocorre no processo de formação das fazendas, muitas vezes através da

grilagem (apropriação ilegal de terras), e causa o desmatamento do Cerrado nativo. Depois de formada a fazenda para a produção de commodities, ocorre a tendência de inflação do preço da terra.

A destruição do Cerrado mudou o regime pluviométrico da região, que agora sofre com a seca. Muitos rios secaram, pois suas nascentes foram destruídas pelas plantações de soja, que retiram água e poluem o lençol freático, afetando também o abastecimento de água nas comunidades rurais que dependem dessa água para consumo humano, para pesca e para produção de alimentos. O uso de agrotóxicos pelas empresas do agronegócio também causa graves impactos socioambientais. Os agrotóxicos são muitas vezes despejados de aviões, o que contamina os rios e o lençol freático, mata peixes e roças das comunidades rurais, além da contaminação de alimentos e do aumento da incidência de doenças como câncer. O uso de insumos químicos nas fazendas do agronegócio gera desequilíbrio ambiental e aumenta a quantidade de insetos nas roças das comunidades próximas, devastando sua produção de alimentos. O desmatamento do Cerrado extingue a fauna e a biodiversidade.

A expansão territorial de monocultivos é estimulada por agentes financeiros, principalmente fundos de pensão internacionais que se associam ao agronegócio no Brasil. Não há contradição entre os interesses das empresas financeiras internacionais e da oligarquia latifundista local. Pelo contrário, o conhecido mecanismo de grilagem de terras é utilizado em “novas” fronteiras agrícolas para facilitar a atuação de agentes internacionais no mercado local de terras.

Para continuar a receber créditos especiais e subsídios, o agronegócio utiliza a justificativa de sua suposta contribuição para a economia. Porém, o cálculo de sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) não inclui rolagem de enormes dívidas e outros impactos, como grilagem de terras e destruição ambiental. Tanto historicamente quanto na atualidade, a manutenção do sistema agrícola extensivo, baseado em monocultivos para exportação, demanda uma política estatal que gera

passivo econômico. A formação de monopólios permite que grandes empresas possam demandar acesso a créditos bancários a juros abaixo da média do mercado e outros subsídios estatais, o que gera maior dependência do setor agrícola em relação ao mercado financeiro. Tal processo aprofunda o papel subordinado do Brasil como fornecedor de matérias primas agrícolas e minerais a partir da demanda externa. Este modelo gera endividamento do Estado para cobrir custos de produção com maquinário e insumos químicos (Mendonça 2018).

O discurso sobre a suposta “vocação” agrícola brasileira, no sentido da defesa do modelo econômico baseado nos monocultivos para exportação, tem sido reforçado repetidamente nos meios de comunicação. A necessidade de expansão territorial do agronegócio visa compensar a perda de produtividade causada pela destruição dos solos, da biodiversidade e das fontes de água. O caráter extensivo do agronegócio se mantém através da aliança entre empresas transacionais e a oligarquia latifundista.

Este processo intensifica a expulsão de comunidades rurais de suas terras, a migração para centros urbanos, a exploração do trabalho e a violência contra povos indígenas, quilombolas e camponeses. Quando sofrem expulsão de suas terras, os únicos trabalhos disponíveis estão geralmente em monocultivos do agronegócio, onde trabalhadores/as encontram condições degradantes, muitas vezes análogas ao trabalho escravo. Para as mulheres rurais que trabalham nas fazendas ou que são forçadas a migrar para as cidades e trabalhar como empregadas domésticas, a exploração é ainda maior, pois perdem seus meios de subsistência e de produção de alimentos.

A violência recente contra movimentos sociais no Brasil se agravou principalmente depois do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Como vemos na atualidade, o golpe gerou consequências desastrosas, não somente por destituir um governo legitimamente eleito, gerando ruptura com o processo democrático, mas também por atingir a credibilidade das principais instituições políticas e jurídicas no país.

Um dos principais objetivos do golpe foi aprofundar políticas neoliberais que promovem cortes de investimentos em direitos básicos como saúde, educação, habitação, alimentação, terra e leis trabalhistas. Estas políticas enfraquecem as bases materiais que possibilitariam superar a crise econômica e a desigualdade, que se agravam na atualidade. As forças conservadoras que dominam o governo e o Congresso Nacional seguem uma agenda econômica fundamentalista contra direitos conquistados por movimentos sociais rurais e urbanos. A política de “austeridade” econômica e o enfraquecimento de mecanismos de proteção ambiental consolidam um golpe contra o futuro.

Contexto histórico

Um breve resumo histórico sobre as mutações no sistema financeiro internacional nas últimas décadas nos ajuda a entender o cenário atual. O período pós-Segunda Guerra Mundial se caracterizou pela hegemonia do pensamento keynesiano e pela adoção de políticas que ampliaram programas de bem-estar-social e direitos trabalhistas nos Estados Unidos e na Europa. Sistemas de educação, saúde, seguridade social e estímulo ao mercado interno de serviços básicos foram impulsionados pelo Estado para alavancar a economia naquele período, que ficou conhecido como a “era de ouro” do capitalismo.

A década seguinte foi marcada pela chamada crise de superacumulação de capitais e pelo aumento da concentração de poder dos bancos privados. A partir dos anos de 1960, a disponibilidade de capitais “ociosos” estimulou a mobilidade de capitais portadores de juros, que se deslocaram para países periféricos na forma financeira, o que veio a gerar a dívida externa nos países do “Terceiro Mundo”. A exportação de capitais ocorreu também através da criação de empresas subsidiárias de multinacionais que “migram” para países periféricos em busca de força de trabalho e matérias primas baratas. A industrialização brasileira, caracterizada como “modernização conservadora”, se insere neste cenário e acaba por gerar a crise da dívida externa nos anos 1980, conhecidos como a “década perdida”. O contexto internacional naquele período foi marcado pela liberalização das taxas de câmbio e de juros, o que provocou maior vulnerabilidade

e estimulou ataques especulativos, causando uma série de colapsos econômicos em vários países, inclusive no Brasil.

As políticas neoliberais adotadas nos anos 1990, que incluíram a privatização de setores estratégicos, causaram mais vulnerabilidade econômica, recessão e elevação das taxas de desemprego. Tais medidas de “ajuste estrutural”, adotadas sob o comando do Fundo Monetário Internacional (FMI), geraram “arrocho” salarial e perda de direitos trabalhistas, o que aprofundou a crise. A desregulamentação dos mercados financeiros foi acompanhada pela criação de novos mecanismos, que incluem derivativos cambiais e emissão de títulos das dívidas públicas dos Estados nacionais. Nenhum país está fora deste cenário ou imune ao movimento especulativo do mercado financeiro.

A crise econômica mundial que se tornou aparente em 2008 revelou o efeito dominó causado pela mobilidade de capitais e, ao mesmo tempo, a centralidade do papel dos Estados nacionais frente a ondas especulativas, como no caso das bolhas nos mercados imobiliários dos Estados Unidos e da Europa. A crise evidenciou, principalmente, a falência das políticas de “austeridade” adotadas por países que optaram por promover cortes em investimentos governamentais, aprofundando a recessão econômica.

Atualmente, o debate sobre política econômica tem sido dominado por forças reacionárias que pretendem desmontar do Estado social no Brasil. Um exemplo foi a aprovação de uma lei que congelou investimentos em educação e saúde por 20 anos. Ao mesmo tempo, medidas de estímulo à economia foram reduzidas, como o programa Bolsa Família, que possui efeito multiplicador de expansão do mercado interno, principalmente de produtos de primeira necessidade, como alimentos.

As políticas neoliberais exercem um impacto específico sobre mulheres de baixa renda nos centros urbanos, que geralmente são responsáveis por administrar a alimentação em suas casas e precisam gastar uma porcentagem cada vez maior de seu orçamento com produtos básicos. O papel da produção agrícola para o mercado local, da agroecologia e da agricultura de subsistência,

que tem as mulheres rurais como protagonistas, é comumente subestimado ou mesmo ignorado nos dados econômicos oficiais, apesar de garantir o sustento da maioria da população rural com alimentos saudáveis e de baixo custo.

Há na atualidade um movimento crescente de demanda por alimentos ecológicos e produzidos localmente na Europa e nos Estados Unidos. Um dos lemas deste movimento é “quilômetro zero”, que defende a agricultura local. Enquanto isso, o Estado brasileiro compromete enormes montantes de recursos públicos para financiar a produção de commodities agrícolas, que constituem uma pauta de exportação cada vez mais reduzida. Tal política estimula a violência contra povos indígenas, camponeses e quilombolas, e compromete a possibilidade da construção da soberania alimentar e do pleno direito à alimentação. É preciso reforçar a solidariedade internacional em defesa dos movimentos sociais rurais e indígenas no Brasil, que protegem a terra, a biodiversidade e nossa perspectiva de futuro.

Nota

¹ Ver publicações no site da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, www.social.org.br.

Referências

- Aragaki, Bruno. 2018. “Discurso de ‘eliminar adversário’ deveria deixar país alerta, dizem estudiosos de genocídios.” *UOL*, 23 de outubro. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/10/23/discurso-de-eliminar-adversario-deveria-deixar-pais-alerta-diz-estudiosos-de-genocidio-da-bosnia.htm>.
- Brum, Eliane. 2018. “Bolsonaro quer entregar a Amazônia.” *El País*, 8 de novembro. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/07/politica/1541597534_734796.html.
- Carrijo, Aline. 2019. “Governo Bolsonaro libera uso de mais 31 agrotóxicos; já são 197 apenas neste ano.” *Brasil de Fato*, 21 de maio. <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/21/governo-bolsonaro-libera-uso-de-mais-31-agrotoxicos-ja-sao-169-apenas-neste-ano/>.
- Mendonça, Maria Luisa. 2018. *Economia política do agronegócio*. São Paulo: Editora Annablume.
- Tatemoto, Rafael. 2018. “Entidades ligadas ao campo denunciam influência da UDR no futuro governo Bolsonaro.” *Sul 21*, 27 de novembro. <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/11/entidades-ligadas-ao-campo-denunciam-influencia-da-udr-no-futuro-governo-bolsonaro/>.
- Watts, Jonathan. 2018. “Brazil’s New Foreign Minister Believes Climate Change Is a Marxist Plot.” *The Guardian*, November 15. <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/15/brazil-foreign-minister-ernesto-araujo-climate-change-marxist-plot.//>